

DANÇA DAS CADEIRAS: Mobilização e Contestação do Sistema Internacional na Atualidade

José Alexandre Altahyde Hage¹

Pedro Ernesto Freitas e Silva²

Resumo: O artigo tem o intuito de examinar alguns pontos que contribuem para explicar a possível decadência das potências ocidentais e a ascensão de China e Rússia. O objetivo não é apenas se prender aos clássicos fatores materiais, de economia e tecnologia, mas valorizar aspectos culturais que pesam na conformação das grandes potências. Para isso, resgatamos alguns autores que trabalharam com esse perfil, como Oswald Spengler e Ronald Inglehart.

Palavras-Chave: Decadência Ocidental; Grandes Potências; Cultura.

MUSICAL CHAIRS:

Mobilization and Contestation of the International System Nowadays

Abstract: The paper intends to analyse some point that contribute to the possible decadence of the West great powers and, in same time, the rise of the China and Russia. The article do not ignore the classics economy and technology fators. But this paper to valoe also cultural aspects importants in the construction of the great powers. Hence, some authors work with this theme, as Oswald Spengler and Ronald Inglehart are availed in this paper.

Key-Words: West Decadence; Great Powers; Culture.

SILLAS MUSICALES:

Mobilización y Impugnación del Sistema Internacional en la Actualidad

Resumen: El artículo tiene la intención de examinar algunos puntos que contribuyen para el análisis de que haya posible decadencia de las potencias occidentales y la ascendencia de China y Rusia. El objetivo no es solamente basarse en los clásicos factores materiales, de economía y tecnología, pero valorar aspectos culturales que pesan a favor de la conformación de las grandes potencias. Para esto, presentamos algunos autores que trabajaron con este perfil, como Oswald Spengler y Ronald Inglehart.

Palabras-Clave: Decadência Ocidental; Grandes Potências; Cultura.

À Guisa de Explicação

A linha central deste texto pode ser encontrada no princípio de que desde o fim da Guerra Fria, em 1990, o sistema internacional amparado em

1 Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC.

2 Aluno de Iniciação Científica, Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo. Este ensaio é resultado da participação no *XXI Fórum de Análise de Conjuntura*, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Marília, 9 de julho de 2021.

oligarquia³ dos mais fortes Estados territoriais, não teve estabilidade a ponto de conceber um longo período de paz, mesmo que armada. Vale dizer, com cuidados redobrados, que os Estados concebem um ambiente conflituoso, a ponto de não diminuírem grandemente seus orçamentos militares.

No prisma da geopolítica e do realismo político, no qual prendemos nossa análise, o sistema funciona a partir da hierarquia entre potências, de maneira que tais poderes organizam o ambiente internacional de acordo com suas conveniências, mesmo que sejam conflitantes no fim das contas. O aglutinador dos negócios e manifestações é o centro que se configura em condomínio exclusivo, ou perto disso, no qual as grandes potências decidem os itens mais relevantes e como essas decisões devem ser apresentadas. Como frisa Raymond Aron (1986), a natureza desse sistema interestatal fica à sobra tanto das atividades diplomáticas, mas não ignora a guerra como *ultima ratio*.

Por outro lado, mesmo que se trate de grandes potências a qualidade do sistema internacional importa, visto que seus integrantes também guardam alguma reserva de poder e senso crítico. Ainda assim, a imposição de decisões pela potência mais forte do momento não é descartada, vide a Guerra do Golfo de 2003, na qual Estados Unidos e aliados de então prescindiram do apoio da Organização das Nações Unidas, sem que houvesse contestação relevante.

Isso tudo quer dizer que o sistema ou estrutura internacional é, obrigatoriamente, incontornável para outros Estados territoriais? Há possibilidade de uma ou outra potência adentrar ao “núcleo duro” do condomínio? O problema é o custo doméstico que esse esforço demanda, como intenso investimento em tecnologia, industrialização avançada e outros temas que, às vezes, depende da anuência ou apoio dessas mesmas grandes potências ou de organizações por elas coordenadas, como no caso do desenvolvimento da energia nuclear (FERREIRA, 2001).

3 Esta visão é encontrada no pensamento de Raymond Aron, para quem o sistema internacional é condomínio conformado pelas grandes potências do momento. Em *Guerra e Paz entre as Nações*, durante a Guerra Fria essa assertiva cabia aos Estados Unidos e União Soviética, expressando aquilo que o autor denomina “sistema heterodoxo”, visto que a disputa pela hegemonia mundial contava também com arcabouço cultural e ideológico entre Estados que, de alguma forma, compartilhavam valores comuns da filosofia (ARON, 1986).

Em razão disso, o sistema internacional tende a ser estacionário em manutenção do poder - *status quo* -, como é mais criticado. Por isso, Araújo Castro (apud AMADO, 1982), ao examinar o congelamento do poder mundial, havia se debruçado em tecnologia de ponta e ganhos econômicos por intermédio das grandes potências, que vedam a participação qualitativa das potências menores em assuntos como energia nuclear, tecnologia adiantada, etc⁴.

Não ignoramos que os anos 1990 foram marcados por otimismo e que levavam em conta, ao menos por uns cinco anos, a premissa de que os grandes conflitos e disputas internacionais não teriam mais lugar, pois não mais haveria o dínamo para tanto. Um curto período de paz ou algo análogo (conflitos de pequena dimensão e sem poder de se espalhar) ocorreu porque os Estados territoriais haviam internalizado o espírito de se viver em comunhão, e de resolverem suas diferenças pelo direito internacional público, ou pelo motivo de não terem apresentado condições estruturais para contestar o sistema internacional, bem como as regras que dele sobressaem.

Em outras palavras, os Estados Unidos na administração de Bill Clinton, exerceram predominância sobre outras unidades políticas a tal ponto que estudiosos do tema denominaram a potência norte-americana como incontestável, a única superpotência, aquela cujos gastos militares eram superiores a todas as outras dignas de reconhecimento: Reino Unido, França e China (FIORI, 2004). A Rússia, recém-saída dos escombros da União Soviética, estava em situação de quase solvência econômica e profunda crise política – por isso não era mais considerada ator que pudesse ser *primus inter pares* de Washington ou Londres.

Já na segunda metade dos anos 1990 alguns conflitos recrudesceram e alcançaram alto nível de violência. A guerra civil em Ruanda, a situação caótica do chamado Chifre da África, e a desintegração da Iugoslávia exemplificam

4 Embora muita coisa tenha mudado dos tempos em que Araújo Castro produzia suas observações, anos 1960 e 1970, é lícito dizermos que os princípios da clivagem Norte-Sul continuam por meio de outros vetores, talvez mais sofisticados. A desnuclearização parece não ocorrer, vide Irã e Coreia do Norte; a dívida externa dos Estados teve mutação para outros termos, como protecionismos de várias formas; a descolonização ocorreu, mas outros meios de intromissão internacional ascenderam a partir de algumas instituições multilaterais.

que a solução para divergências no sistema internacional não seria buscada no diálogo, mas deveria contar com o preparo militar dos Estados territoriais para reivindicar aquilo que pensavam ser seus direitos inalienáveis em face de uma estrutura internacional anárquica.

Desde então, as condições sistêmicas parecem não ter se alterado qualitativamente, uma que sua natureza continua a mesma. Mesmo com pequenas modificações, essas condições sistêmicas são encontradas em determinados regimes internacionais, como o encabeçado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), no qual há possibilidade das grandes potências sofrerem derrotas momentâneas.⁵

Em linhas gerais, o sistema internacional ainda é regido por grandes potências ou Estados que podem influenciar a dinâmica dos acontecimentos. Embora seja tarefa corriqueira conceituar grandes potências, nem sempre isso é algo autoexplicativo, ainda que seja de uso geral nas relações internacionais. Procuraremos traçar breves entendimentos sobre esse seleto grupo de países.

Sublinhamos que o intuito deste texto é analisar o que são as grandes potências, e a crise que acontece atualmente em algumas delas, dando foco à Europa Ocidental como bloco de poder, bem como a emergência da China e da Rússia no sistema interestatal. A metodologia que utilizamos é o recurso a autores que pertencem ao realismo das relações internacionais e à geopolítica, em contraponto à produção denominada idealista do início dos anos 1990. Alguns autores utilizados são David Held, Raymond Aron, Friedrich Ratzel e Martin Wight.

As Grandes Potências

O termo grande potência se encontra na obra de diferentes pensadores, no tempo e nas ideias, mas com compreensões que não são necessariamente divergentes. Em Max Weber (1982), Estados com essa qualificação são

5 Derrotas dos Estados Unidos nos painéis da OMC podem ocorrer de tempos em tempos. O problema é fazer valer a decisão dos juízes a favor de algum país que não tenha projeção de poder para tanto. O Brasil já saiu vitorioso em disputas naquela organização contra os Estados Unidos, caso do açúcar nos anos 1990. Por outro lado, cobrar a vitória, na prática, é algo que mesmo os mais argutos diplomatas preferem tratar com reserva pelo receio de represálias. Uma boa análise sobre essa questão pode ser encontrada em Peter Gowan (2003).

aqueles que apresentam seus fatores de poder da melhor forma possível: forças armadas grandiosas, recursos naturais abundantes e competente burocracia estatal. Ao denominar autor de referência desse campo de estudo, Martin Wight (2001) percebe a grande potência como aquela que guarda interesses, e os persegue, em todo o mundo – maximizando o uso dos recursos existentes no próprio território.

Já no pensamento contemporâneo, o termo passou a ser modificado para levar em conta outros fatores que não somente materiais. O uso massivo do conceito *soft power* passou a ser geral nos cursos de Relações Internacionais, indicado que os mais fortes Estados do sistema influenciam as grandes decisões, ou gozam de prestígio político também por meios não contabilizados, como cultura, emprego do direito internacional, etc.

Nesse aspecto, como aponta José Luís Fiori, atualmente somente um Estado seria grande potência (ou superpotência): os Estados Unidos da América, visto que somente essa unidade política teria condições de fazer valer seus interesses em todos os cantos do mundo; e lançando meio de todos os meios - militares, econômicos e culturais - para realizar seus objetivos. Seria o caso de qualificar a potência estadunidense como *estabilizadora hegemônica*, uma vez que procurava universalizar seus interesses, na maneira do possível, sem prejudicar outras unidades políticas – pertencentes ao seu bloco de atuação (GILPIN, 2004).

Saber que as grandes potências se desgastam com o tempo e, por isso, abrem espaço para as mais vigorosas, é algo mais que conhecido e esperado. Nos debates da geopolítica o fenômeno pode ser encontrado nas teorias “biologistas” de Friedrich Ratzel, para quem o sistema internacional guardaria analogia com a luta pela vida e pela adaptabilidade da melhor forma possível. Nesse aspecto, nada mais comum que ver as potências como seres vivos que disputam preeminência e espaço. Grandes potências seriam então seres mais fortes, predadores, que ordenariam o ambiente (o sistema internacional) dentro de um equilíbrio, melhor dizendo, em respeito às leis da natureza sobre as quais não há como contestar, cabendo apenas compreender (MORAES, 1991).

Podemos lembrar que assim se deu com o poder britânico, abrindo caminho para os Estados Unidos, após a Primeira Guerra Mundial, e da mesma forma, pensa-se que possa ocorrer esse mesmo processo em favor da China. Uma possível teorização dessa *dança das cadeiras* da política internacional é algo que não tem sido patente na atualidade, embora tenha registro editorial de há algumas décadas, vide o próprio Martin Wight, ou em *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, de Paul Kennedy.

Por isso, um clássico da sociologia política que vem à mente é o de Vilfredo Pareto. O autor italiano cunhou o termo *circulação das elites*, muito apropriado para se compreender a ascensão e queda de grupos que mandam na vida política de um país. Pareto imagina a circulação das elites, aquelas que decaem em um “cemitério de aristocracias”, cedendo lugar aos grupos sociais mais bem preparados para ocupação dos setores mais importantes do poder sociopolítico (RODRIGUES, 1984).

Podemos lograr tal raciocínio ao entender que o *cemitério de aristocracias* pode ser interpretado também como o das grandes potências. Por que não haveria uma circulação das grandes potências, na qual as mais cansadas (em curso de decadência) abririam espaço para as mais dinâmicas? Será que esse processo circulatório já não havia sido demonstrado por Países Baixos no século XVII; Grã-Bretanha no XIX, e Estados Unidos atualmente?

Um parêntese: há instantes em que estudiosos de ciências sociais transferem a compreensão de determinados conceitos para outras investigações, da mesma família, mas de outros entendimentos. Por exemplo, Charles Mills pegou o conceito paretiano de elite para conceber sua obra *A Elite do Poder*, importante fonte para se compreender a maneira pela qual se constrói as elites políticas norte-americanas.⁶ Nos dias de hoje há quem faça a mesma coisa ao empregar recursos intelectuais de Gramsci ou Michel Foucault às relações internacionais. Procuramos não pecar por pedantismo com esse parêntese, mas pensamos que uma interpretação sobre a circulação das elites, empregada na política internacional, pode ter resvalado nos trabalhos de

6 Ver Charles Wright Mills. *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

Giovanni Arrighi (1996), para quem a economia-mundo ou sistema-mundo fora coordenado historicamente por determinados centros hegemônicos.

Como sublinhamos acima, o século XVII fora comandado por Amsterdã, o XIX por Londres, e o XX (valendo até hoje) por Nova York. Quem comandará o século XXI? Os Estados Unidos renoverá seu poder, a contar com mais alguns centros aliados? Será a ascensão de Xangai, contando com a colaboração de Moscou ou de outro grande centro financeiro asiático?

No atual momento, em que há sinais (ainda que discutíveis para alguns)⁷ de que os Estados Unidos estejam perdendo fôlego para se manter na cabeceira do sistema, a emergência de outros atores para cadenciar o arranjo interestatal é diariamente analisado. A questão mais pertinente é saber qual seria o teor de poder da nova grande potência e o que ela apresentaria de novo, diferente ou superior àquilo trabalhado pela hegemonia destronada.

O candidato mais evidente nestes dias tem sido a China, cujo crescimento econômico e acúmulo de poder tem impressionado os estudiosos do tema. Ainda que militarmente o *Império do Meio* não apresente avanços iguais aos norte-americanos em tecnologia militar, isso não anula os esforços que Pequim possa ter para fazer com que seu poder expresse instrumentos de *soft power*, a exemplo dos Estados Unidos durante os últimos setenta anos.⁸

Ao percorrer terreno mais dificultoso para tanto, pelos seus fatores de poder serem relativamente inferiores, a Rússia também milita para modificar o sistema internacional e participar da dança das cadeiras. Ao sair do descalabro dos anos 1990, da situação de quase solvência do poder russo, Moscou conseguiu sobressair e, em grande parte, neutralizar os danos que prejudicavam o país, citemos a influência das oligarquias econômicas, figuras

7 Saber se há efetivamente perda de poder pelos Estados Unidos é algo não totalmente passivo. O debate é relevante e necessário, mas ele não pode ser travado aqui por falta de espaço e de propósito. Ver Fiori, Medeiros e Serrano. *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro, Record, 2008.

8 Há quem veja a China como potência candidata a ser também produtora de *soft power*, mas sem abrir mão dos fatores clássico de poder. Ao entrar na África em busca de recursos naturais, ao apoiar economicamente Estados periféricos sem recorrer a políticas vistas como “abusivas e intervencionistas” e sem pregar moralismo (sobre o que são direitos humanos) no âmbito das organizações internacionais, Pequim pode expressar “poder brando” na medida em que procura influenciar a política internacional por meio de algo conhecido como *Consenso de Pequim*, alternativo ao homônimo, de Washington dos anos 1990 (FIORI, 2004).

mafiosas, desorganização da burocracia pública e desmoralização das forças armadas.

Com movimentos de potência regional ascendente, e possivelmente contestadora da “ordem americana”, a Rússia permite a interpretação de que tudo aquilo que ela faz pode ser encontrado em seu próprio pensamento geopolítico, de seguir o sentimento de uma potência que se vê em situação de permanente cerco e, por isso, recorre ao seu *continentalismo*. A saber, ao centrar seus recursos militares e culturais na sua força euroasiática, tão patente para fazer frente ao *atlantismo* expresso pelos Estados Unidos (TEIXEIRA, 2017).⁹

Assim, podemos verificar que o período é bastante complexo e fornece bons insumos para investigação. As grandes potências concorrem para encabeçar o sistema sem obrigatoriamente querer modificá-lo. As consideradas potências médias ou regionais também se esforçam para participar de tal diretório. Ao contar com recursos materiais menos expressivos (em face de Rússia e Índia), mas com ânimo político, a Índia tem sido o exemplar mais bem conhecido de potência regional reivindicadora de papel crítico do sistema internacional, mas sem necessariamente ser antiocidental (KISSINGER, 1994).

A Era das Disjuntivas: a Ascensão do Poder Oriental

Sublinhamos nas primeiras páginas deste ensaio que os anos 1990 foram marcados por determinado otimismo. Sentimento movido pelo fim da Guerra Fria e, por conseguinte, da paralisação da corrida armamentista nuclear e das guerras por procuração em nome das superpotências. Henry Kissinger (1994), com seu conhecido cinismo realista, opinou que os Estados Unidos, a superpotência sobrando, jogaria mais uma vez seu peso político-econômico

9 Teixeira atualiza a arguta visão de Leonel Mello sobre a geopolítica russa. O professor da Universidade de São Paulo havia percebido que em política não se costuma “chutar cachorro morto”. Em outras palavras, que os fundamentos geopolíticos russos continuam atuais, baseados no *continentalismo*, tal como teorizado por Halford Mackinder, em 1904, apesar do suposto desgaste pelo qual passou o pensador britânico por causa do fim da União Soviética (MELLO, 1997). A contestação de Moscou à expansão da OTAN em direção à Ucrânia, bem como a tomada russa da Criméia, em 2014, sublinham a reconstrução do poder russo e sua ascensão ainda que regional.

para que houvesse mais um período de idealismo em busca de valores de paz e democracia.¹⁰

O antigo conselheiro de Estado estava correto nesse ponto, embora o desdobramento do fim da Guerra Fria não realizasse prontamente todo o empenho de Washington para realizar seu idealismo. Disso podemos argumentar que o fim do *equilíbrio do terror* promoveu um tipo de dialética da política internacional, uma vez que as contradições do novo sistema trouxeram novos atores e agendas contraditórias, mas com lógica para a política do poder. Expliquemos: o otimismo do fim da Guerra Fria promoveu a ascensão de agenda importante para as potências ocidentais, mas apenas tolerada pelas ascendentes da Eurásia.

Em característico artigo daquela época, David Held (1991) escreve que a nova configuração do poder mundial dos anos 1990 traz quatro disjuntivas que, de certo modo, contradiziam àquela que decaía e promoveriam nova etapa das relações internacionais: liberalismo, direitos humanos, meio ambiente e direito internacional.

Cumprir dizer, as disjuntivas seriam expressão dos Estados Unidos e União Europeia, que se mostravam como fontes perenes de tais valores para todo o sistema internacional em busca de multilateralismo, livre-mercado e nova geração de direitos humanos que coadunassem com conservação ambiental, questão de gênero e outros itens do liberalismo contemporâneo.

De fato, muita coisa já se escreveu sobre essa agenda, bem como sua valorização por quase todos os Estados territoriais. A emergência dessas disjuntivas levava a crer que a política do poder, do realismo, deixaria espaço para o liberalismo ou novos modos de ver as relações interestatais, não mais baseadas em competição ou em instrumentos geopolíticos. Ainda que houvesse guerras por causa do desmanchar da Iugoslávia, por exemplo, havia atmosfera na qual o mundo caminhava para algo melhor, que Estados Unidos e União Europeia jogariam seu peso para angariar cooperação econômica e

10 No mencionado livro, Kissinger passa a impressão de desconforto ao dizer que historicamente os Estados Unidos procuram ser idealistas e, por isso, tudo o que faz é para o desenvolvimento e liberdade humana.

melhorar as condições dos Estados periféricos, mas sem considerar qual parte deles se debruçar, visto que a África fora pouquíssima comentada nos encontros sobre distribuição de bens; e a América Latina não mais aparecia como região tipicamente necessitada de ajuda.¹¹

A intensa mobilização de capital e de cooperação em certos níveis de tecnologia contribuiu para mitigar, em parte, o poder das tradicionais potências ocidentais, sob um processo que ainda ocorre, aos poucos. A emergência econômica da China não pode ser explicada satisfatoriamente sem considerar o grau de investimento econômico que o Ocidente, mormente os Estados Unidos, fizeram no *Império do Meio* desde os anos 1980.

Por ter tido, durante algum tempo, mão de obra mais que barata, instrução necessária para trabalho em manufatura de média complexidade técnica e disciplina sociopolítica, a China fora receptora de investimentos volumosíssimos que contribuíram para sua transformação econômica, fazendo dela, no mínimo, potência regional ascendente e politicamente contestadora. Anteriormente, o mesmo fenômeno ocorreu também no Japão e na Coreia do Sul, porém os dois Estados não concorrem com a hegemonia norte-americana.

Por conseguinte, se houver condições para tanto, uma potência que se enriquece economicamente, seguindo a lógica, busca ter influência política e se transformar em potência dominante. Isso significa dizer que as disjuntivas liberais, comentadas por Held, foram valorizadas, em grande parte, pelo Ocidente moderno e industrializado, mas não serão necessariamente pela China ou Rússia, potências territoriais emergentes e críticas do sistema.

Podemos dizer que a contestação oriental segue alguns itens de complexidade histórica, geopolítica e econômica. No caso de Pequim, as questões mais prementes são a unificação com Taiwan, o controle do Estreito de Malaca (por carona de todo o Mar da China) e não ter vulnerabilidade no estoque de matérias-primas essenciais, com destaque para o petróleo.

11 Em nossa opinião isso ocorreu pelo motivo de os Estados latino-americanos serem integrados a políticas socioeconômicas denominadas *neoliberais*, reformistas que, em hipótese, os tirariam do nível de periferia. Já com relação à África havia descrença por parte do Ocidente em acreditar que o continente valia a pena para investir. Talvez essa mentalidade tenha mudado com a penetração da economia chinesa naquelas unidades políticas.

Com relação a Taiwan, a questão se torna delicadíssima pelo motivo de Pequim considerar aquela ilha como parte integrante da nação, e não um país “normal” e soberano igual a outro qualquer. A dramatização disso sobe ainda mais quando os Estados Unidos trazem para si a responsabilidade de defender Taiwan do assédio continental chinês. Isto porque se Washington vacila na defesa de seu aliado pode passar mensagem de fraqueza e negligência para a segurança coletiva dos outros membros da região, caso de Filipinas e Coreia do Sul.

Em referência ao Estreito de Malaca a situação também não é fácil, visto que aquela passagem marítima é na atualidade a mais promissora e estratégica para a economia internacional. Quase toda a economia em direção ao leste da Ásia passa por aquela passagem, inclusive superpetroleiros, tão importantes para o equilíbrio produtivo da região.¹²

A procura de não passar por vulnerabilidades pela falta de matérias-primas estratégicas também entra no cálculo de poder da China. Em seu processo de crescimento econômico contínuo o Estado necessita de suprimentos regulares de alimentação e de *commodities* em geral, com destaque para petróleo e gás natural. Mesmo que a China seja hoje mais sensível a certas causas ambientais, investindo em energia renovável (tratando de poluição urbana), sua máquina produtiva pede para que o governo não abandone o uso de carvão mineral, assim como na aquisição de novos reatores nucleares.

Por causa disso, torna-se evidente a presença chinesa no além-mar. Depois de ter entrado na África em busca de matérias-primas, Pequim passou a olhar com atenção a América do Sul, percebendo a possibilidade de atrair apoio de países carentes de capital e com dificuldade de lidar com as políticas sugeridas pelas instituições econômicas internacionais.

Investimentos ou apoio político (ainda que velado) à Argentina, Venezuela e Equador são observados nesse momento de ascensão chinesa na região, como disputa aos Estados Unidos, mas sem entrar no mérito militar e

12 Acreditamos que ela ainda continua e se intensifica, a medida em que a economia chinesa continua crescendo, bem como a dos outros Estados da região (SÉBILLE-LOPEZ, 2005).

estratégico, por enquanto. O assunto chega até a alimentar a opinião de que a China estaria fomentando uma espécie de divisão internacional do trabalho, a exemplo das potências ocidentais, pelo motivo de abarrotar a América do Sul de bens manufaturados em troca de *commodities* de modo geral (VADELL, 2011).

Em referência à Rússia, a questão torna-se mais difícil em virtude desse Estado estar em processo de reconstrução nacional, embora já bastante adiantado, para poder ascender como potência contestadora da ordem internacional, ao menos no plano regional. Sem possuir os fatores de poder da China, a Rússia tem de lidar com problemas típicos da geopolítica tradicional, por exemplo, sua população não consegue atingir 150 milhões de habitantes num território que é o dobro do brasileiro, de 17 milhões de km² (SÉBILLE-LOPEZ, 2005).

Além disso, Moscou tem que resolver a relativa decadência da indústria nacional para tornar-se apta à exportação que não seja somente de armamentos. Isso torna-se relevante para mitigar a dependência que o Estado russo tem da exportação de petróleo e gás natural. Renovar a economia russa é essencial para que ela possa ascender qualitativamente no sistema internacional. Para tanto, passou a haver aproximação econômica com a China, bem como participação no projeto de cooperação em segurança coletiva que envolve, além da China, outros Estados da Ásia Central, como Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tadjiquistão e outros membros – citemos a Organização para Cooperação de Xangai, fundada em 2001.

No entanto, ainda que tenha limitações políticas e econômicas, a Rússia não deixa de efetuar trabalho naquilo que ela julga primordial para sua segurança e estratégia. Repelir planos de integração que a OTAN faz em seu chamado “estrangeiro próximo” tem se tornado missão urgente para Moscou. Daí a aproximação com sinais de amizade com a China, para permitir que o Kremlin possa direcionar com menos dificuldades suas melhores atenções para a Europa Central, onde os Estados Unidos procuram aumentar suas forças militares.

De acordo com Wanderley Messias da Costa (2015), a questão de fundo do embate entre Rússia e Estados Unidos/OTAN tem sido a Ucrânia, unidade de forte ligação e importância para Moscou. A relevância ucraniana se dá por vários motivos, entre eles a cultura, a história e, geoestrategicamente, o país serve de passagem para gasodutos que alimentam de energia a Europa Ocidental, sem falar na qualidade agrícola dos solos da Ucrânia, que permitiria à Rússia ter suprimentos alimentícios de grande quantidade.

É fato que a Ucrânia não é a única preocupação geopolítica do “estrangeiro próximo” russo. Os países do Báltico também chamam a atenção do Kremlin, porém a Ucrânia tem um drama a mais pelo motivo de haver iniciativas ocidentais de transformá-la em satélite por meio de investimentos financeiros e projetos culturais que contrariam o poder russo. Uma Ucrânia “ocidentalizada”, no regaço da União Europeia, certamente seria interpretada como derrota política para a Rússia, pois o passo seguinte seria a instalação da OTAN.

Assim, se a China não adota amplamente as disjuntivas do sistema internacional, frisadas por Held, não seria a Rússia a fazê-lo. Isto porque advogar domesticamente direitos humanos, livre comércio, apego ao direito internacional e adoção dos termos de meio ambiente, de acordo com premissas ocidentais, seriam agravantes para a manutenção de poder dos dois maiores Estados territoriais do planeta. Por vez, isso não quer dizer que Moscou e Pequim ignoram programas que procuram elevar a condição humana e a dignidade das pessoas. O ponto nervoso da questão é saber até onde se pode adotar essas culturas políticas sem sofrer descaracterizações do poder, como ocorreu no desmanchar da União Soviética ou no fomento de intensos conflitos em alguns membros da União Europeia.

Por isso, a iniciativa de Vladimir Putin, em 2014, foi assegurar a parte mais relevante da Ucrânia para o domínio russo. A Crimeia não guarda somente importância histórica para lembranças boas e não tão boas. Afinal, foi por causa dela que o Império Russo teve de enfrentar as duas maiores potências militares em 1853: França e Reino Unido. Desta vez, assegurar a Crimeia e seu histórico porto-cidade de Sebastopol, fora providencial para que

a Rússia conseguisse manter uma marinha de guerra com saída ao Mediterrâneo.

Na atualidade não há dúvidas de que Moscou procura reconstruir seu poder nacional, maximizando sua indústria de defesa, com produtos exportáveis, e fazer saltos de tecnologia de ponta. A aproximação com a China é parte estratégica de longo prazo para desgastar as potências ocidentais em um enfrentamento visto como “profético” entre a potência *continentalista* contra a *atlantista*. Como comentou Leonel Mello (1997), o enfrentamento entre as duas tipologias geopolíticas se daria não só no período da Guerra Fria, mas guardaria capítulos dramáticos para o atual século, com aliados de cada lado.

Definindo a Questão

Analisar a crise das potências ocidentais, que aponta para suas decadências, é algo que deve ser demorado porque vários elementos concorrem para saber se, efetivamente, América do Norte e Europa Ocidental estariam em via de perder vigor em face das unidades eurásianas. Não podemos, infelizmente, realizar a contento esse propósito.

Nem por isso deixamos de procurar pensadores e investigadores que pensam na decadência do Ocidente em virtude de certos fenômenos paradoxais e contraproducentes para a manutenção de poder do lado ocidental. À primeira vista, os motivos para tanto não devem se limitar a aspectos materiais e tecnológicos, mas também espirituais de forma mais ampla.

O livro *Decadência do Ocidente*, dos anos 1920, escrito por Oswald Spengler, tem sido o mais conhecido para esse assunto. Na obra, Spengler (1964) indica que o elemento principal para intensificar a decadência do hemisfério, daí o paradoxo, é o apego constante ao progresso material, hoje pós-industrial¹³ que, no final das contas, substituiria a espiritualidade, os pilares

13 O termo pós-industrial não se encontra no livro de Spengler. Em nossa interpretação a sociedade do conforto, pelo aumento do bem-estar em virtude da tecnologia, pode ser vista nas economias mais avançadas do Ocidente, nas quais a alta política deixa de ser o marco

culturais e tradicionais, responsáveis pela ascensão da civilização europeia, à primeira vista, pelo bem-estar socioeconômico e da facilidade da vida.

As baixas condições para a Europa Ocidental projetar poder, pela falta de unidade estratégica, bem como pela autolimitação de suas maiores potências - Alemanha, França e Reino Unido -, faz com que essa missão seja feita pela OTAN, em grande parte pelos Estados Unidos, que antes o faziam por causa da Guerra Fria, contra o malogrado *Pacto de Varsóvia* e, agora, pela falta de projeto comum europeu no campo político-militar. A própria resolução da guerra balcânica, dos anos 1990, foi amostra dos limites europeus (GOWAN, 2003).

Por isso, a falta de vigor político e também espiritual do hemisfério, o fragiliza como unidade de poder. Sua relativa timidez abre espaço para penetração de Rússia e China nos negócios internacionais, deixando os Estados Unidos praticamente solitários para encarar as questões mais prementes do sistema internacional, como administrar coerentemente, para a potência hegemônica, a dança das cadeiras que enfraquece o Ocidente.

Porém, os próprios Estados Unidos também fomentam uma dialética com a Europa Ocidental na medida em que as duas áreas de poder são atravessadas por ideias e valores que procuram mitigar o princípio de missão história. Não uma missão estritamente de caráter militar, mas sim na demonstração de aprendizado e de comunhão daquilo que é progresso e positivo.

Nos anos 1920, assim vislumbrava Spengler, a produção artística da Europa Ocidental não mais demonstrava o afinco cultural do continente, mas sim algo confuso e desordenado, mais voltado para chocar que ilustrar, ou dar vazão a gostos individuais com coloração de “gueto”. Esse processo de desconstrução, dos antigos valores tradicionais, desemboca naquilo que é conhecido como *pós-modernismo*. Mário Ferreira dos Santos (2012) enxerga tal ocorrência com o nome “invasão vertical dos bárbaros”, uma vez que esforços encontrados para desqualificar a cultura ocidental não são

substantial para debater a qualidade do Estado, para ceder espaço a manifestações de cunho hedonista, que pode ser denominada *subjetividade*.

despropositados. O fato novo é que esse malogro acontece mais dentro da Europa do que fora dela.

Uma possível versão de liberalismo pode ser considerada deletéria para Europa e Estados Unidos, visto que seus manifestantes e idealizadores encarariam suas culturas apenas como igual a todas as outras, às vezes até sem merecimento de defesa e crédito.¹⁴ Trataria de uma espécie de *cosmopolitismo* de baixo perfil, com sentimento de vergonha que, no atacado, ajudaria no enfraquecimento dos Estados ocidentais como possuidores de poder.

Poder que se apresentaria não apenas por intermédio da força econômica e tecnológica, mas igualmente pela tradição e do acúmulo cultural, reconhecidos pelo mundo. E sobre isso, podemos opinar que, na atualidade, um projeto geopolítico que não contasse com alguma ideia de “vontade nacional” ou de “nação”, incorporada ao Estado territorial, tenderia a não se realizar plenamente, mesmo que esses termos fossem de difícil conceituação.

Às vezes, torna-se difícil fazer tal conceituação para as grandes universidades da América do Norte e da Europa Ocidental, mas não obrigatoriamente para China, Rússia ou Índia, *players* na forja de um possível novo sistema. E podemos explicar a equação, uma vez que a elite dirigente de um Estado tem sua formação, na maior parte das vezes, em instituições de ensino superior e universidades. Sem que haja determinismos, mas o que a classe dirigente vai propagar, em boa parte, será aquilo que ela aprendeu em sala de aula.

Em longo artigo que, com algum cuidado atualizaria Spengler (por nossa responsabilidade), Ronald Inglehart indica pesquisa que fizera nos anos 1970 a respeito da moral política da juventude que fora criada e educada nos anos após a Segunda Guerra Mundial. O pesquisador demonstra que a geração que fora formada em universidades naqueles tempos já contava com atmosfera

14 É o que escreve Christopher Lasch, quando observa a produção intelectual das grandes universidades dos Estados Unidos, as *Ivy League*, nas quais torna-se penoso defender os vultos da cultura ocidental na ciência, teatro e artes em geral. O cosmopolitismo das grandes universidades, em seu estado radical, pode considerar esses conhecimentos quase que sem mérito, pois podem pecar por apego ao etnocentrismo (LASCH, 1995).

econômica na qual não havia mais a ameaça da fome e do desemprego em massa, nem dificultaria acesso ao ensino superior. O Ocidente deixaria o reino da necessidade para entrar em uma fase “pós-burguesa” (INGLEHART, 2012).

Em tempos no qual a sociedade do conforto e da segurança econômica era constante, as questões mais prementes para a juventude que, posteriormente, seria a classe dirigente dos Estados europeus, seriam representadas pelo apego a uma agenda que tivera que esperar o fim da corrida entre as superpotências para ser liberada com mais velocidade. Voltaríamos a citar as disjuntivas de Held (1991) para combinarmos o raciocínio aqui empregado.

A juventude que se tornara classe dirigente se apegaria às artes, às realizações individuais, às experiências sociais controversas, como tolerância a certas drogas, às críticas ao fornecimento de energias provenientes dos hidrocarbonetos e da fissão nuclear e, por fim, mas não conclusivo, o engrandecimento da integração europeia (INGLEHART, 2012). Experiência que, em última instância, também seria considerada e desejada, para mitigar o poder dos Estados territoriais, tanto por determinados conservadores quanto por socialistas em prol de algo superior que poderia servir para ser exemplo mundial.

Referências

AMADO, Rodrigo. *Araújo Castro*. Brasília, Edunb, 1982.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

ARON, Raymond. *Guerra e Paz entre as Nações*. Brasília, Edunb, 1986.

COSTA, Wanderley Messias da. “O Ressurgimento da Rússia, os EUA/OTAN e a Crise da Ucrânia”. In *Confins*. Número 25. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2015. Versão eletrônica encontrada em <https://journals.openedition.org/confins/10551>. Consulta feita em 16.02.2022.

FERREIRA, Oliveiros. *Crise da Política Externa*. Rio de Janeiro, Revan, 2001.

FIORI, José Luís. “O Poder Global dos Estados Unidos: Formação, Expansão e Limites”. In FIORI (org). *O Poder Americano*. Petrópolis, Vozes, 2004.

_____; “Sobre o Poder Global”. In *Novos Estudos*. Número 73. São Paulo, Cebrap, nov. 2005. Versão eletrônica encontrada em

<https://www.scielo.br/j/nec/a/9QRmdS45LpHNRKR4rrXV77c/abstract/?lang=pt>. Lido em 05.02.2022.

GILPIN, Robert. *O Desafio do Capitalismo Global*. Rio de Janeiro, Record, 2004,

GOWAN, *A Roleta Global*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

HELD, David. “Democracia, o Estado-Nação e o Sistema Global”. In *Lua Nova*. Número 23. São Paulo, Cedec, março de 1991. Versão eletrônica encontrada em <https://www.scielo.br/j/ln/a/rp9PrFWbqFTxRQKGm7r88bj/?lang=pt>. Consulta feita em 09.02.2022.

INGLEHART, Ronald. “A Revolução Silenciosa na Europa: Mudança Intergeracional nas Sociedades Pós-Industriais”. In *Revista de Sociologia e Política*. 20 (43). Curitiba, UFPR, 2012. Versão eletrônica encontrada em <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/QqnRdcpXbsW3pdbhLZ5g6S/abstract/?lang=pt>. Texto lido em 21.02.2022.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Lisboa, Gradiva, 1994.

LASCH, Christopher. *A Rebelião das Elites e a Traição da Democracia*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1995.

MELLO, Leonel Itaussu. *Quem tem Medo da Geopolítica*. São Paulo, Hucite, 1997.

MILLS, Charles Wright. *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

MORAES, Antônio Robert. “Ratzel”. In *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Ática, 1991.

RODRIGUES, José Albertino. “Pareto”. In *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Ática, 1984.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *A Invasão Vertical dos Bárbaros*. São Paulo, É Realizações, 2012.

SÉBILLE-LOPEZ, Phillipe. *Geopolíticas do Petróleo*. Lisboa, Instituto Piaget, 2005.

SPENGLER, Oswald. *A Decadência do Ocidente*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

TEIXEIRA, José Achilles Abreu. “O Pensamento Geopolítico da Rússia no Início do Século XXI e a Geopolítica Clássica” In *Revista da Escola de Guerra Naval*. Número 13. Rio de Janeiro, 2017. Versão eletrônica encontrada em <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/397>. Consulta feita em 14.02.2022.

VADELL, Javier. “A China na América do Sul e as Implicações Geopolíticas do Consenso de Washington”. In *Revista de Sociologia e Política*. Volume 19. Curitiba, UFPR. Versão eletrônica encontrada em <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/XvNfvbMLXQG8xBHvdBmtMTP/abstract/?lang=pt> WIGHT. Consulta feita em 15.02.2022.

WEBER, Max. *Ensaíos de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. Brasília, Edunb, 2001.

Recebido em 22.02.2022.

Publicado em 01.04.2022.